

UNIDADE

Em defesa dos sindicatos gerais e da Condsef

Nas mesas de negociação, o governo sempre tenta jogar os servidores uns contra os outros para negar as reivindicações.

O governo opõe não apenas os servidores de um órgão contra o outro. Dentro de uma mesma instituição o governo tenta jogar ativos contra aposentados; nível médio contra nível superior; servidores dos padrões finais da carreira contra os que estão no início.

As fórmulas e artimanhas da divisão variam. Desde o "argumento" de que "por causa de alguns que vão ficar com reajuste menor não podemos prejudicar a maioria"; "você reclamam do salário, mas não olham para a situação de miséria do povo brasileiro", etc., etc., etc.

Não é essa uma nova versão da velha política de responsabilizar os servidores pelas mazelas nacionais? Temos o direito de ignorar que a falsa acusação de que o servidor é "privilegiado" esconde a preparação de novos ataques para retirar direitos e conquistas de toda a população trabalhadora?

São os sucessivos governos os únicos responsáveis pela existência de distorções salariais

entre os servidores. É o atual governo o responsável pela continuação de uma política que alimenta o lucro desenfreado de uma minoria de "capitalistas sem risco" em prejuízo da esmagadora maioria da população.

Por representar os sindicatos gerais, que organizam grande número de setores, a Condsef vive permanentemente situações em que o governo pressiona para jogar uns contra os outros e, numa negociação, usa a anterior como anteparo para dizer não.

Tais situações só podem ser enfrentadas rejeitando o jogo da divisão (o contrário seria mortal para a existência dos sindicatos gerais e da Condsef).

O discurso do governo contra os "altos salários" é uma hipocrisia pois foi o próprio governo que elevou o teto constitucional para garantir a aprovação da contra-reforma da previdência, em 2003.

É o governo que mantém a política da contra-reforma administrativa, que pretendeu criar "carreiras típicas", dividindo os servidores, para acelerar privatizações e negar ao Estado

o papel de assegurar os serviços públicos universais como um direito de todo cidadão (Emenda Constitucional 19, de 1998).

Rejeitar a divisão significa, também, exigir do governo que reverta toda essa política. Não será atacando o salário de quem ganha mais que se elevará o salário de quem ganha menos. Esse é o quadro que o governo pretende impor para desmoralizar os trabalhadores e fazer crer que são eles – e não o governo – os responsáveis pela situação.

Com a edição das MPs cuja publicação imediata é exigida por todos os servidores será preciso construir um novo quadro porque o objetivo do governo é muito prático. O governo pretende empurrar a categoria para aceitar outros passos da contra-reforma de 1998, além de ameaçar com novas "reformas" da previdência. Esses ataques só poderão ser rejeitados com os servidores forjando sua unidade interna e também com o conjunto dos trabalhadores do setor privado.

A responsabilidade do governo é publicar as MPs já!

Rejeitar a divisão é rejeitar o desmonte do serviço público!

Unidade dos servidores em defesa dos direitos e conquistas!

Onde está a MP?

Nem no Planejamento nem na Casa Civil, mas no SIDOF

O Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais-SIDOF, coordenado pela Casa Civil, organiza a elaboração e redação dos atos normativos encaminhados ao Presidente da República pelos Ministérios.

A MP do funcionalismo já está tramitando no SIDOF e até sexta-feira (25) contava com quase 200 páginas de texto e mais de 250

de anexos.

Nessa etapa, o texto fica disponível on-line para que a redação vá sendo finalizada pelos setores envolvidos – inclusive equipes da Casa Civil e Planejamento. A cada etapa, as autoridades apõem suas assinaturas digitais para o trâmite.

O fato de ter sido feito um único registro no SIDOF não significa que obrigatoriamente

será uma só MP. Podem ser duas ou até três – sendo mais de uma, o principal problema técnico seria a remissão dos artigos, que teriam que ser reenumerados.

O Planejamento defende a edição de duas MPs, simultaneamente. Uma tratando de setores com a estrutura remuneratória atual (VB, gratificações, adicionais) e outra para a remuneração por subsídio. As MPs seriam publicadas "a tempo de serem processadas na folha de agosto" (paga no início de setembro). O Sindsep-DF apresentou proposta para a Condsef articular uma mobilização unificada, com todas as entidades envolvidas, para exigir a publicação da MP JÁ!

Nova tabela terá gratificação fixa

Em reunião dia 25.07 com a Comissão Nacional dos Servidores da Funai e a Condsef, a diretoria de Administração do órgão informou que, atendendo parcialmente uma reivindicação dos servidores, a gratificação que vai ser criada deixará de ser "de exercício". O valor correspondente foi dividido: 50% transformado em gratificação fixa (que vai integralmente para aposentados e pensionistas) e 50% incorporado na gratificação de desempenho da



Funai (isso também melhora a posição dos aposentados e pensionistas em relação à gratificação de exercício). A Funai

também confirmou que as MPs com as novas tabelas devem ser editadas, no máximo, até a primeira semana de agosto.

Assembléia diz não à proposta do governo

Os servidores da Funasa, reunidos em assembléia no auditório Francisco Zóccoli, na sede do Sindsep-DF, rejeitaram a proposta que o governo apresentou à Condsef de inclusão de apenas mais sete (7) cargos na Gacem. É claro que os servidores do DF defendem que os ocupantes dos cargos incluídos na proposta recebam todos a Gacem. Entretanto, colocaram a necessidade da Condsef continuar lutando pela gratificação para todos.

Dos 20 estados que re-

alizaram assembléia, 15 aceitaram a proposta e 5 recusaram, sendo o DF um deles. Nos estados, a maioria dos servidores está contemplada com a Gacem, mas no DF a situação é inversa.

Alteração do Decreto: foi aprovada a proposta de alteração do Decreto 5.992/06 o que pode fazer com que a categoria deixe de ter problemas junto aos órgãos controladores no que tange à Indenização de Campo. Essa proposta foi aprovada também em diversos Estados.

Agentes da Saúde e Guarda de Endemias: para cerca de 2.700 companheiros desses cargos, que estão na carreira da Seguridade Social ou lotados no PGPE, mas não fizeram opção pelos 47,11% e que, portanto, ficaram de fora da MP 431, o Planejamento vai analisar a possibilidade de reabertura de prazo de opção. A Condsef informou que, segundo o Planejamento, até que isso aconteça esses servidores terão garantido o recebimento da Gacem.

Luta unificada dos estatutários e celetistas

Uma reunião no auditório do Sindsep-DF, dia 23.07, marcou o início da luta unificada dos servidores estatutários do HFA e empregados públicos do hospital. A direção do sindicato informou aos presentes que tanto a

direção do MDefesa quanto a do HFA são a favor do atendimento das reivindicações dos empregados públicos. A mobilização agora é para convencer o MPlanejamento. Os celetistas reivindicam a redução da

carga horária de 40 para 30 horas e equiparação salarial com estatutários. Uma nova reunião está agendada para a próxima quarta-feira, dia 30.07, às 12h, no Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) do HFA.

Tabelas serão melhoradas

Em assembléia dia 21.07, os servidores do DNPM aprovaram com restrições as tabelas remuneratórias propostas pelo governo. Embora a publicação da tabela esteja confirmada para a próxima MP, as melhorias na estrutura da remuneração serão discutidas num Grupo de Trabalho que o governo se comprometeu a instituir nos próximos dias.

Fazendários, uni-vos!

Descontentes com a solução do governo para a questão da equiparação com os previdenciários, os fazendários do DF exigem uma rápida solução. Em documento dirigido à Condsef, para acelerar esse processo, sugerem a realização de uma plenária fazendária para deliberar plano de lutas e, ainda, que

solicite ao governo que nomeie representantes da PGFN e SRFB na mesa de negociações. Apesar das pressões contrárias, os fazendários agendaram um ato para o dia 06.08, em frente ao Ed. Sede do Ministério da Fazenda, a partir das 14h. Acesse a íntegra da matéria em www.sindsep-df.com.br.

Ministério não cumpre decreto de distribuição de DAS

O Decreto 5.497/2005 destina 75% dos DAS 1, 2 e 3 e 50% dos DAS 4 para ocupação exclusiva de servidores de carreira. Seguindo os cálculos do decreto, do total de DAS disponíveis no MTur, 86 teriam que ser destinados a servidores efetivos do órgão.

A direção do MTur demonstra um total descaso com os servidores de carreira que, preteridos de

ocupar os cargos de DAS, ainda não possuem um plano de carreira específico. Falhas que prejudicam não apenas os servidores da casa, como a continuidade das ações desenvolvidas pelo ministério e contribui ainda mais para a precarização do serviço público. O Sindsep-DF irá cobrar da direção do ministério uma solução para a questão.

Sindsep encaminhará projeto de plano de carreira

Como a discussão a respeito da proposta de plano de carreira, elaborada pelo GT, instituído pela própria direção da Escola, não evoluiu no Conselho Diretor da ENAP a proposta de plano será encami-

nhada pelo Sindsep-DF ao MPlanejamento, seguindo determinação de assembléia da categoria, dia 24.07.

Leia mais sobre as deliberações da assembléia em www.sindsep-df.com.br.

GT discute inclusão na carreira de Tecnologia Militar

No dia 22.07, o GT que discute a inclusão dos servidores civis de órgãos militares lotados no PGPE na carreira de Tecnologia Militar (PCCTM) se reuniu para identificar as atribui-

ções e cargos nos quais os servidores estão lotados. Nova reunião para dar prosseguimento ao trabalho está agendada para a segunda-feira, dia 28.07.

Assembléias agendadas

Bloco C - 30.07 - Quarta-feira - 10h30 - portaria
Bloco K - 31.07 - Quinta-feira - 10h30 - portaria
MPlanejamento no DNIT - 01.08 - Sexta-feira - 10h30 - local a definir

EXPEDIENTE:
 Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - SINDSEP/DF - Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Ana Beatriz, Cecília Lavor, Carlos Henrique, Cleusa Cassiano, Dayse Cristina, Edison Cardoni, Egaz Ramirez, Juvenal Gonçalves, Thereza Alencar, Valda Eustáquia - Secretaria de Comunicação e Imprensa: Edison Cardoni (Coordenador), Egaz Ramirez e Dayse Cristina (adjuntos) - Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP - Assistente de Redação: Leide Santos - Diagramação: André Filho - Fotos: Jane Franco - Tiragem: 14.000 - Impressão: Intergraf - Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.